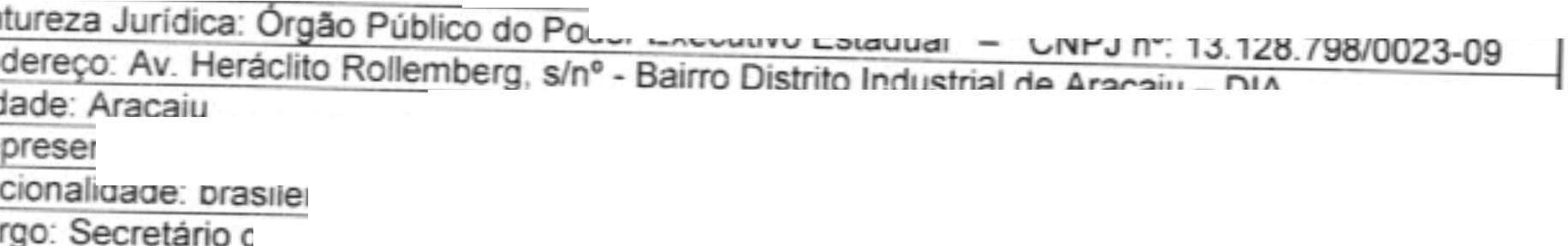
CO VÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSELHO ACIO AL DE DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO E TECNOLÓGICO (C Pq) E A FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA E À INOVAÇÃO TECNOLÓGICA DO ESTADO DE SERGIPE, SOB A INTERVENIÊNCIA DO ESTADO DE SERGIPE, REPRESENTADO PELA SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA - SEDETEC, NA FORMA



lns

O Estado de Sergipe por in ermédio da Secretaria de Estado do Desen · ento ia - SEOETE C

-=-=- ...:..::..;..:

"'--'--'..::..:.;..c--'- uF : SE

ollembefi

nº - Bairro 01s

u - DIA

CEP : 49.03 0

1---- -

ai Franc ·sco **de Assis Danta**

C.P FJ .F.:

. ....;.\_; ;;,,- -

- bra- si-e:i:r-o-

Estado Civil. Casado

Cargo: retano de Estado

lden idade n. • **15. .E**

0

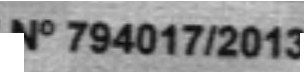
O SSP/SE

**IENTE**

esta Capital

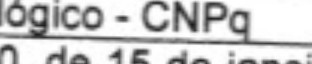
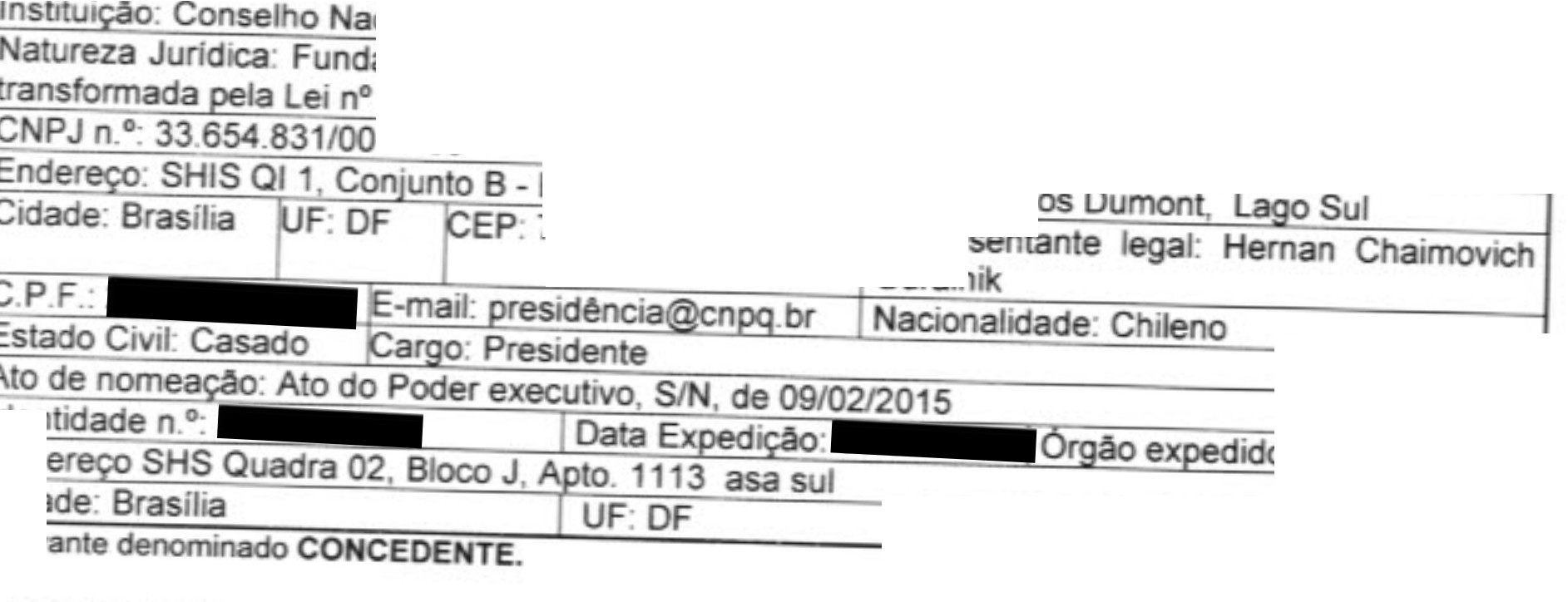
AB AIXO.

**3**



**Proc1110** C **Pq61002tl2013-6- REGISTRO SICONrv**

DOS **PART iCIPES**



acional de Desenvolvimen o c·

dctÇao Pública Federal cnada Lei nº 6.129 de 06 de no

- Blocos B. C eº· E diflcio Sa

. 7 .605-001 Rep

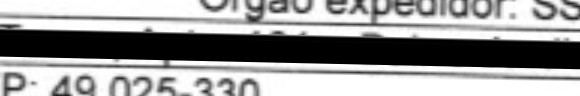
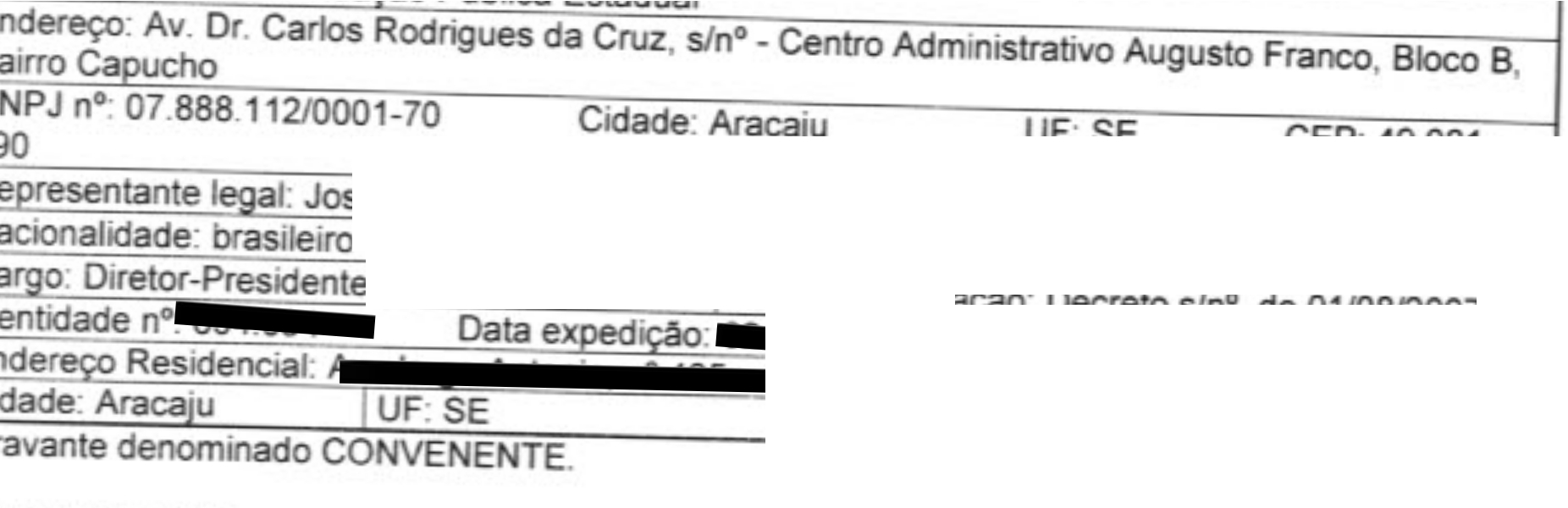
**A**

ld En Cid

idor. SSP/SP

CEP: 70.322-907

|  |  |
| --- | --- |
| entlfico e Tecn  pela Lei n.º 1.3 e 1974 |  |
| eiro de 195 e |
|  | |



lns

undação de Apo10 à Pesq

ação Tecnolõgica do Estado de Serg1pe-

FAPITEC/SE

8.112/0001-70

Ci ade: Aracaju

UF: SE

CEP: 49 08 -

José Ricardo de Santana C.P.F./ M.F.: 479.4 3.915-20 iro Estado Civil: Casado

Ato de De·s

007

SSP/SE

CEP: 49.025-330



Na melhor forma de direito, o **CONCEDENTE** e o **CONVENENTE** anteriormente individuados e devidamente qualificados resolvem celebrar o presente instrumento, que será em tudo regido pelos preceitos e principias de direito público e obedecerá, em especia,l às normas do Decreto n.0 93.872, de 23.12.86, do Decreto nº 6.170, de 25/07/07, regulamentado pela Portaria lnterministerial dos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão, da Fazenda e do Controle e da Transparência nº 507, de 24/11/2011, e suas alteraÇÕes poste riores, da Lei nº 4.320/1964, da Lei Complementar nº 101/2000, da Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente e, no que couber, das disposições da Lei n.0 8.666/93, de 21 de junho de 1993, devendo ser executado com estrita observância das condições constantes das cláusulas e condições que aceitam e mutuamente se outorgam nos seguintes termos:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

Constítui OBJETO deste CONVÊNIO implementar o **Programa de Apoio a Núcleos Emergentes** - **PRONEM ,** no Estado de Sergipe. Será desenvolvido em conformidade com a descrição con· da no PLA O DE TRABALHO registrado no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse - SIGO V, elaborado com base no Art. 25 da Portaria lnterministe rial nº 507/2011, que passa a fazer parte integrante deste instrumento.

**SUBCLÁUSULA PRI EIRA** - O Programa de Apoio a Núcleos Emergentes - PRONEM visa cobrir a lacuna entre os programas PPP e PRONEX, apoiando grupos de pesquisa já instalado s ou em fase inicial de implantação, com alta capacidade de produção cientifica e tecnológica, mas que ainda não atingiram um s a us consolidado que permita a submissão de propostas em ações voltadas para grupos já estabeel cidos.

**SUBCLÁUSULA SEGUNDA.** O úcleo a ser apoiado deve compreender pesquisadores de reputação técnico-científica reconhecida nacional e internacionalmente, e deve estar organizado para desenvolver projetos de pesquisa cien ífica. tecnológica e de inovação que possam contribuir significativamente para o avanço e difusão do conhecimento no Estado e Região. Os pesquisadores principais não podem participar de mais de uma proposta de úcleo, tampouco poderão ser coordenadores de projetos do Programa lns itutos Naciona·s de Ciência e Tecnologia - 1 CT, do Programa de Apoio a úcleos de Excelência - PRONEX ou do Programa de Infra-estrutura para Jovens Pesquisadores - Programa Primeiros Projetos- PPP, vigentes à época da contratação dos projetos.

**SUBCLÁUSULA TERCEIRA.** Para atingir o OBJETO pactuado, os participes obrigam-se a cumprir fielmente o PLANO DE TRABALHO elaborado pelo **CONVENENTE** e aprovado pelo **CONCEDENTE,** o qual passa a integrar este Termo de CO VÊ 10 . O PLANO DE TRABALHO, que será avaliado após a efetivação do cadastro do **CONVENENTE** conterá, no minimo:

1 - justificativa para a celebração do instrumento;

li - descrição oomp eta do OBJETO a ser executado;

Ili - descrição das metas a serem atingidas ;

IV - definição das e apas ou fases da execução;



*j /*

1. - CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO do OBJETO e CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO; e
2. - plano de aplicação dos recursos a serem desembolsados pelo **CONCEDENTE** e da contrapartida financeira do proponente, se for o caso.

#### CLÁUSULA SEGUNDA DA FORMADE EXECUÇÃO

A execução do OBJETO previsto neste CONVÊNIO dar-se-á conforme descrito no PLANO DE TRABALHO registrado no SICONV.

**SUBCLÁUSULA PRIMEIRA** - Dentro de suas respectivas responsabilidades, os PARTÍCIPES proporcionarão, reciprocamente, o apoio técnico, administrativo, financeiro e operacional necessários à execução das metas/etapas previstas no PLANO DE TRABALHO.

**SUBCLÁUSULA SEGUNDA** - O **CONVENENTE** fica obrigado a incluir, regularmente, no SICONV, as informações e os documentos, exigidos na Portaria lnterministerial nº 507, de 24/11/2011 mantendo-os atualizados, inclusive os relativos à execução.

#### CLÁUSULA TERCEIRA

**DA SELEÇÃO DOS PROJETOS**

Para aplicação dos recursos previstos nesse CONVÊNIO, caberá ao **CONVENENTE** selecionar e aprovar os projetos, no âmbito do Programa de Apoio a Núcleos Emergentes - PRONEM, nos termos do PLANO DE TRABALHO.

**SUBCLÁUSULA PRIMEIRA** - As propostas serão selecionadas, exclusivamente, por intermédio de Edital ou Chamada Pública lançado pelo **CONVENENTE.**

**SUBCLÁUSULA SEGUNDA** - Sob a responsabilidade do **CONVENENTE,** o processo de seleção deverá conter as seguintes etapas: 1) Elaboração e lançamento do Edital ou Chamada Pública; 2) Recebimento/Enquadramento das Propostas; 3) Submissão das propostas à Consultoria *ad hoc ;* **4)** Anàlise pelos consultores ad *hoc;* 5) Anàlise pelo Comitê Consultivo; 6) Aprovação pela Diretoria da instituição **CONVENENTE;** 7) Homologação do Resultado pela Diretoria Executiva do CNPq - DEX/CNPq; 8) Divulgação do Resultado Preliminar; 9) Recebimento e Julgamento dos Recursos pela **CONVENENTE;** 1O) Homologação dos pedidos de reconsideração pela DEX/CNPq; 11) Divulgação do Resultado Final;

12) Contratação das Propostas aprovadas.

***1***

**SUBCLÁUSULA TERCEIRA** - Para os projetos aprovados, o pesquisador deverá celebrar Termo de Concessão de Apoio ao Financiamento de Projeto de Pesquisa c otlfioa e/oo Tea,ológk,a, o, eq, "3 1eote, **oom** o **CONVENENTE**



**CLÁUSULA QUARTA**

**DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTÍCIPE$**

São obrigações comuns aos participes:

a ) de fni ri e ajustar diretrizes e procedimentos necessários á realização do

OBJETO aqui fixado;

b ) garantir o cumprimento dos compromissos financeiros correspondentesá

sua participação no Programa na forma estabelecida no CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO aprovado, parte integrante do PLANO DE

TRABALHO;

c ) executar as atividades decorrentes do pactuado no presente CONVÊNIO

com obediência aos objetivos do PLANO DE TRABALHO;

d) propor alterações, ajustes e aditivos, visando dar continuidadeà execução do OBJETO do CONVÊNIO.

**SU BC LÁUS ULA PRIMEIRA** - Cabe ao **CONCEDENTE** as seguintes obrigações:

1. dar o ciente no Edital ou Chamada Pública elaborado pelo **CONVENENTE ;**
2. analisar o relatório técnico final e as prestações de contas (parciaise final) da execução físico-financeira apresentado pela convenente, em

confo rmidade com as normas em vigor;

1. mon ti orar , acompanhar e fiscalizar o convênio, além de avaliara execução

e os resultados;

d.ana li sar , previamente , as propos tas de reformulação do P LANO DE

T RABAL HO , acompanhadas de justificativas e desde que não impliquem

na mudança do OBJETO;

* 1. exercer o controle e a fiscalização sobre a execução do presente

CONVÊNIO;

* 1. definir as diretrizes gerais e os procedimentos operacionais , be m como

o rienta , r supervisionar e cooperar com a implantação das ações inerentes

ao OBJETO deste CONVÊNIO;

* 1. notificar à Assembléia Legislativa ou à Câmara Legislativa a celebração do

CONVÊNIO.

**SUBCL ÁUS U LA SEGUNDA** - Cabe ao **CONVENENTE** as seguintes obr ig a ções:

.1 e la bor ar o Edital ou Chamada Pública e submetê-lo á apreciação do

**CONCEDENTE** antes de sua publicação;

1. coordenar e executar o processo de seleção dos projetos, de acordo com as diretrizes estabelecidas em conjunto com o **CONCEDENTE;**
2. a tua liz ar as in formações prestadas e os documentos exig i do s no

credenciamento e no cadastramento no SICONV, mantendo-os atuazil a dos, até que sejam exauridas todas as obrigações referentes ao CONVÊNI O;

1. executar as atividades decorrentes do pactuado no presente CONVÊNIO ,

com rigorosa obediência aos objetivos do PLANO DE TRABAL HO;

1. analisar o relatório técnico final e as prestações de contas da execução fisico- fínanceira dos projetos aprovados, em conformidade com as normas emv igor ;
2. prestar contas dos recursos recebidos diretamente no SI CONV, ap resentando os demais documentos exigidos em cláusulaespe c ifi ca;
3. registrar regularmente, no SICONV, as informações e os documentos

atualizados relativos ao CONVÊNIO, principalmente , se houve,r quanto *ªºt,:*

processo de compras e contratações de bens, obras e serviços, conforme

exigido na Portaria lnterministerial nº 507/2011;

*[ >' -: º* , ;

, **i!:\,** r ***11*** /

S.

*OS.)* .-

1. disponibilizar , por meio da internet ou, na sua falta, em sua sede, em local de fácil visibilidade, consulta ao extrato do CONVÊNIO ou outro instrumento utilizado, contendo, pelo menos, OBJETO, a finalidade, os valores e as datas de liberação e detalhamento da aplicação dos recursos, bem como as contratações realizadas para a execução do OBJETO pactuado. A disponibilização do extrato na internet poderá ser suprida com a inserção de *link* na página oficial do **CONVENENTE**que possibilite acesso direito ao Portal de Convênios;
2. manter e movimentar os recursos financeiros liberados pelo **CONCEDENTE,**

em conta especifica, junto à instituição financeira pública federal;

1. aplicar e gerir os recursos repassados pelo **CONCEDENTE** exclusivamente no OBJETO do CONVÊNIO, dentro do período de vigência, e em conformidade com o PLANO DE TRABALHO;
2. responsabilizar-se, integralmente, pelos encargos tributários, fiscais,

previdenciários *e* trabalhistas, relativos às obrigações com o pessoal utilizado, além de outros decorrentes da execução do OBJETO;

1. manter registro, arquivos e controles contábeis específicos dos dispêndios

relativos à execução do PLANO DE TRABALHO, pelo prazo de 10 (dez) anos, contado da data em que for aprovada a prestação de contas, nos termos do§ 3° Art . 3° da PI 507 12011;

1. permitir e facilitar o acesso de técnicos do **CONCEDENTE** *e* de auditores

federais aos processos, documentos, informações *e* registros contábeis do **CONVENENTE,** referentes ao OBJETO pactuado *e* respectivo PLANO DE TRABALHO, bem como aos locais de execução do projeto, além de prestar a estes toda e qualquer informação solicitada, no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados da solicitação, de forma a possibilitar-lhes avaliar, dimensionar, bem como instruir toda e qualquer ação ou providência relacionada com direitos e interesses decorrentes da execução da presente cláusula;

1. inserir cláusula nos contratos celebrados para execução do convênio ou

contrato de repasse que permitam o livre acesso dos servidores dos órgãos ou entidades públicas concedentes, bem como dos órgãos de controle, aos documentos *e* registros contábeis das empresas contratadas, na forma do art. 56

da PI 507/2011;

1 5. ap li car , obrigatoriamente , os recursos transferidos no mercado financeiro, na

forma estabelecida no§ 1º do art. 54 da Portaria lnterministerial nº507 /2011 ;

1. 6. aportar contrapartida ao CONVÊNIO, na forma de recursos financeiro s, conforme especificado no PLANO DE TRABALHO;

17. recolher à conta do **CONCEDENTE** o valor correspondente aos rendimentos

de aplicação no mercado financeiro, referente ao período compreendido entrea liberação do recurso *e* sua utilização, observando-se a proporcionalidade dos recursos transferidos e os da contrapartida, quando não comprovar o seu

emprego na consecução do OBJETO;

1 8. comun icar, formalmente , ao **CONCEDENTE ,** apresentando justificat vi as,

qualquer fato que implique descontinuidade do PLANO DE T RABAL HO, no prazo de até 30 (trinta) dias após seu conhecimento, acompanha da da devida prestação de contas financeira e técnica;

1. propor alteraÇÕes , ajustes e aditivos visando a dar continuidade à execução

do OBJETO do CONVÊNIO;

1. apre sen t ar , na forma *e* prazo estabelecidos, relatórios técnico-científicose de

*r*

execução tisico-financeira parciais e final, explicitando as repercussões da1;( execução do PLANO DE TRABALHO, com o fim de permitir a avaliação final do

CONVÊNIO;

*l*-,;; *CIE:J,,r,-C'º;*

., **:'L..\t** .r

\. **e -;\_)** -

### ""

1. .1 selecionar os projetos de pesquisa a serem financiados, por intermédio de

Edital ou Chamada Pública, buscando, sempre, garantir a isonomai **e a**

im p essoa li d ade no trato com os recursos públicos, em conformidade coma

l egi s al

çãov gi

en t , e

em especial a Constituição da República Federativa do Brasil

de 1988 e a Lei nº 8.666/93;

1. asseguraro sigilo sobre os resultados alcançados, parciaise finais, até que

esses tenham sido adequadamente avaliados e os direitos envolvidos devidamente reservados, sob as cautelas legais exigíveis;

1. periodicamente e com exatidão, manter informado o **CONCEDENTE** do

andamento das atividades previsto no PLANO DE TRABALH, O assegurandoa este condição para avaliar e antever os resultados previsíveise a l cançados;

1. antecipar as providências cabíveis para assegurar a reserva dos direitos sobre bens e resultados alcançados, independentementede autorização do **CONCEDENTE** e em tempo hábil, para que prejuízo algum a esses direitos

venha a ocorrer:

1. colocará d i spos i ção do **CONCEDENTE** toda a documentaçãoe informação

hábile suficiente para possibilitar-lhe avaliar, dimensionar, bem como instruir todae qualquer ação ou providência relacionada com direitose interesses

decorrentes da execução da presente cláusula;

1. restituir os r ecursos , nos casos previstos na Portaria lnterministerial nº

507/2011.

**SUB CL ÁUS ULA TERCEIRA** - Caso o **CONVENENTE** não cumpra as obrigações estipuladas neste CONVÊNIO ou cujos relatórios não forem submetidosa tempo ou aprovados por razõest écni cas, e/ou as prestações de contas não forem aprovadas

por razõesel

g a is ou contábeis, será considerado inadimplente e ter,á

deim edi ato,

suspensaa concessão de novas modalidades de apoio, sempr e ju ízo de outras medidas a dm in is t rativas e legais aplicáveis e julgadas necessárias pelo

#### CONCEDENTE.

' **UINTA**



#### DOVAL OR DA DOTA ARIA E DA CONTRAPARTIDA



Importao presente CONVÊNIO o valor global de R$ 2.000. 000, 00 ( do si

milhões de reais). O **CONCEDENTE** disponibilizará a mi p o râtnc ia de R$

.1 500. 000, 00 (um milhão e quinhentos mil reais) e financeira, em conformidade com

o CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO que integra o PLANO DET RABA L HO, em2

parcelas. O **CON VENENTE** disponibilizará, a título de contrapartida financeira, a

im p o râtnc ai de R$ 500.000,00 (quinhentosmil reais) conforme CRONOGRAMA DE

DESEMBOLSO previsto no PLANO DE TRABALHO

**SU BC LÁU SULA P RIMEIRA** - Os recursos destinados ao **CONVENENTE** pelo

**CONCEDENTE,** no âmb ito deste CONVÊNIO, são oriundos dos FundosSetor ai si,

do Mni

is t ér oi

da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e/ou Tesouro Na cion,al

repassados ao**CO NCEDENTE** conforme Termo de Referência (TR,) o MCTI e o CNPq em 21/08/2013.



-1

celebradoentre //



Parágrafo Único - Esses recursos serão destinados ao CONVENENTEna fom,a de R$ 750.000,00 (setecentose cinquenta mil reais) na rubrica de capital e RS

750.000,00 (setecentose cinquenta mil reais) na rubrica de custeio.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA - Com vistas a atender às despesas previstas neste instrumento para o presente exercício, destaca o CONCEDENTE recursos em confomiidade com a discriminação feita a seguir:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **A** | Valor **(CUSTEIO)** |  | RS 406.275.00 |
| 8 | Nota de Emoenho |  | 2013NE800895 |
| c | Data do Emoenho |  | 13/12/2013 |
| D | Fonte de Recursos |  | 0172024304 |
| E | Natureza da Des=sa |  | 333220 |
| F 1Plano Interno | |  | 20I4T132G13 |
| G 1PTRES | |  | 064620 |
| , h | Unidade Gestora |  | 364102 |

I

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| A | Valor **(CAPITAll** |  | R$ 406.275,00 |
| , B | Nota de Emoenho |  | 2013NE800812 |
| I C | Data do Emoenho | * 13/12/2013 | |
| 1 0 | Fonte de Recursos |  | 0172024304 |
| ; E | Natureza da Desoesa |  | 443220 |
| l F , Plano Interno | |  | 20I4T132G13 |
| G , PTRES | |  | 064620 |
| Ih | Unidade Gestora |  | 364102 |

SUBCLÁUSULA TERCEIRA - As despesas decorrentes da execução do OBJETO do presente CONVÊNIO no **exercício de 2015,** por parte do **CONCEDENTE,** dependerão da transferência orçamentária e financeira dos recursos previstos no TR citado na Subcláusula Primeira, repassados ao **CONCEDENTE** pelos Fundos Setoriais e/ou Tesouro Nacional e correrão á conta das dotações orçamentárias do **CONCEDENTE**no respectivo exercício.

**SUBCLÁUSULA QUARTA** - A contrapartida deverá ser depositada na conta bancária específica do CONVÊNIO, em confomiidade com os prazos estabelecidos no CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO, ou depositada nos cofres da União, na hipótese de o CONVÊNIO ser executado por meio do Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI).

**SUBCLÁUSULA QUINTA** - Até um valor de 5% (cinco por cento) dos recursos oriundos deste CONVÊNIO poderão ser utilizados nas seguintes atividades: 1) divulgação do Edital de seleção dos projetos de pesquisa (respeitando as limitações contidas na Cláusula Sétima, sobre despesas de publicidade), 2) processo de seleção dos projetos de pesquisa; 3) acompanhamento e avaliação dos projetos aprovados 3) acompanhamento e avaliação da execução do CONVÊNIO; 4) participação em seminàrios de acompanhamento e avaliação dos projetos aprovados; 5) divulgação do resultado das pesquisas dos projetos contemplados neste CONVÊNIO (respeitando as limitações contidas na Cláusula Sétima, sobre despesas de publicidade). Esse percentual deverá ser pago, exclusivamente,

*co1r*

*$~~'~~ #7*

recursos oriundos da contrapartida (CONVENENTE).

;' -

:\ C>I -.l/

"'-. AAr

**Parágrafo** Único - O uso desse valor dependerá de inclusão de Meta/Etapa no PLANO DE TRABALHO e de prévia autorização do **CONCEDENTE .**

**SUBCLÁUSULA SEXTA** - Não poderão ser levados recursos de outras fontes a crédito da conta-corrente, anteriormente referida, ainda que destinados ao mesmo PLANO DE TRABALHO, salvo os oriundos de aplicações financeiras, nos casos permitidos por lei.

SUBCLÁUSULA **SÉTIMA:** A parcela a ser liberada pelo CONVENENTE no presente exercício será custeada com recursos oriundos do Fundo Estadual para o Desenvolvimento Econômico e Científico e Tecnológico - FUNTEC, gerido pela

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e da Ciência e Tecnologai -

SEDETEC, obedecendo a seguinte Classificação Orçamentária Unidade: 19.402 - FUNTEC, e 19.571.0021.1665 - Auxílio para Realização de Pesquisa Científica e Taxa de Bancada, 19.571.0021.1660 - Concessão de Bolsas de Iniciação Científica e Apoio Técnico, Elemento de Despesa: 3.3.90.20.00 - Auxilio Financeiro a Pesquisador, Elemento de Despesa: 3.3.90.18.00 - Auxilio a Estudantes, correspondente a R$ 250.000,00.

SUBCLÁUSULA **OITAVA:** As parcelas a serem liberadas pelo CONCEDENTE e pela CONVENENTE em exercícios futuros, estão previstas conforme descrito abaixo, e ocorrerão à conta de sua dotação orçamentária do respectivo exercício sendo objeto de apostilamento, no caso dos recursos do **CONCEDENTE,** a indicação dos créditos e empenho ou nota de movimentação de crédito para cobertura:

Para o ano de 2016: CNPq: RS 687.450,00

FAPITEC: R$ 250.000,00

CLÁ USULA SEXTA

DA LIBERAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos serão liberados pelo CONCEDENTE, de acordo com sua disponibilidade, na forma indicada no CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO previsto no PLANO DE TRABALHO e guardarão consonância com as metas e fases ou etapas de execução, mediante depósito em conta-corrente especifica do CONVÊNIO, observado, sempre, o estabelecido na Subcláusula Terceira da Cláusula Quinta.

SUBCLÁUSULA **PRIMEIRA** - Os recursos serão depositados e geridos na conta bancária específica do CONVÊNIO, exclusivamente, em instituição financeira pública federal e, enquanto não empregados na sua finalidade, serão obrigatoriamente aplicados no mercado financeiro, na forma estabelecida no§ 1° do art. 54 da Portaria lnterministerial nº 507/2011, indicada abaixo:

1. em caderneta de poupança de instituição financeira pública federal, se a previsão

de seu uso for igual ou superior a um mês; e



C,.,,F,J .

•,

* .,.

'

.'

*';!'*

J

*\_,,Jff>*

1. . em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública, quando sua utilização estiver prevista para prazos menores.



® r

e.. .,) ,.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA - O CONVENENTE, quando for órgão ou entidade da Administração Pública de qualquer esfera de governo, ao receber as transferências de recursos, deverá inclui-las em seus orçamentos.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA - Os atos referentes à movimentação e ao uso dos recursos serão registrados no SICONV pelo CONVENENTE, observando os preceitos estabelecidos no parágrafo segundo do artigo 64, da Portaria lnterministerial nº 507'2 011.

SUBCLÁUSULA **QUARTA** - Os atos referentes à movimentação e ao uso dos recursosa que se refere o *caput* do artigo 64 da Portaria lnterministerialnº 507/2011 serão realizados ou registrados no SICONV, observando-se os seguintes preceitos:

1 • mov imenta ção mediante conta bancária específica para cada convênio;

li - pagamentos realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços, facultada a dispensa deste procedimento nos seguintes casos, em que o crédito poderá ser realizado em conta bancária de titularidade do próprio **CONVENENTE,** devendo ser registrado no SICONV o beneficiário final da despesa:

1. por ato da autoridade máxima do **CONCEDENTE;**
2. na execução do objeto pelo **CONVENENTE** por regime direto; e
3. no ressarcimento ao **CONVENENTE** por pagamentos realizados às próprias custas decorrentes de atrasos na liberação de recursos pelo concedente e em valores além da contrapartida pactuada.

**SUBCLÁUSULA QUINTA** - Antes da realização de cada pagamento, o **CONVENENTE** deverá incluir no SICONV, no mlnimo as informações relativas à destinação do recurso, o nome e CNPJ ou CPF do fornecedor/prestador de serviço, quando for o caso, o contrato a que se refere o pagamento realizado, a meta, etapa ou fase do PLANO OE TRABALHO relativa ao pagamento e a comprovação do recebimento definitivo do OBJETO do convênio, mediante inclusão no SICONV das notas fiscais ou documentos contâbeis.

**SUBCLÁUSULA SEXTA** - Os rendimentos das aplicações financeiras somente poderão ser aplicados no OBJETO do CONVÊNIO, desde que previamente autorizado pelo **CONCENDENTE,** estando sujeitos às mesmas condiÇôes de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

**SUBCLÁUSULA SÉTIMA** - As receitas oriundas dos rendimentos da aplicação no mercado financeiro não poderão ser computadas como contrapartida devida pelo **CONVENENTE.**

SUBCLÁUSULA **OITAVA** - As despesas somente poderão ser realizadas à conta deste CONVÊNIO, em datas que se insiram no seu período de vigência.

SUBCLÁUSULA **NONA** - Os recursos relativos ás parcelas vincendas, previstos no CRONOGRAMA OE DESEMBOLSO ficarão retidos:

1. enquanto o **CONVENENTE** não registrar no execução do Plano de Trabalho do CONVt NIO;



1. quando verificado desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atrasos injustificados no cumprimento das etapas ou fases programadas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais da Administração Pública e demais atos impróprios praticados na execução deste CONVÊNIO;
2. enquanto o **CONVENENTE** estiver em situação de inadimplência em relação às cláusulas ou condições deste CONVÊNIO, principalmente quanto ao cumprimento da contrapartida pactuada que, se financeira, deverá ser depositada na conta bancária especifica do instrumento em conformidade com os prazos estabelecidos no cronograma de desembolso, ou depositada na Conta Única do Tesouro Nacional, na hipótese do convênio ou contrato de repasse ser executado por meio do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI;
3. quando não forem apresentadas, no prazo exigido, as prestações de contas e relatórios parciais ou final.

**SUBCLÁUSULA DÉCIMA** - Para recebimento de cada parcela dos recursos, o **CON VENENTE** deverá manter as mesmas condições para celebração de convênios exigidas nos Arts. 38 e 39 da Portaria lnterministerial nº 507/2011, comprovar o cumprimento da contrapartida pactuada que, se financeira, deverá ser depositada na conta bancária específica do CONVÊNIO em conformidade com os prazos estabelecidos no CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO, ou depositada na Conta Única do Tesouro Nacional, na hipótese do CONVÊNIO ser executado por meio do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI e estar em situação regular com a execução do PLANO DE TRABALHO.

**SUBCLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA** - Não são permitidos remanejamentos de recursos entre as rubricas de Capital e de Custeio dos valores repassados ao **CONVENENTE** pelo **CONCEDENTE.**

**SUBCLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA** - Não poderão ser levados recursos de outras fontes a crédito da conta-corrente anteriormente referida, ainda que destinados ao mesmo PLANO DE TRABALHO, salvo os oriundos de aplicações financeiras, nos casos permitidos por lei.

**CLÁUSULASÉTIMA DAS VEDAÇÕES**

É expressamente **vedado ao CONVENENTE:**

1. alterar o OBJETO do CONVÊNIO;
2. utilizar, ainda que em caráter emergencial, os recursos para finalidade diversa da estabelecida neste instrumento;
3. atribuir vigência ou efeitos financeiros retroativos à vigência do instrumento;
4. a subcontratação de entidade de quaisquer naturezas para atividades de administração e gerenciamento do CONVÊNIO;
5. efetuar despesas:
   1. a título de taxa de administração, de gerência ou similar;

li. pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público, integrante de quadro de pessoal de órgão ou entidade pública da administração direta ou indireta, por serviços de consultoria ou assistência técnica, salvo nas hipóteses previstas em leis específicas e na Lei de Diretrizes Orçamentárai s;

Ili. efetuar pagamento em data posterior ao encerramento da vigência *d* //

instrumento , salvo se expressamente autorizada pela autoridade competentÂf

- . -

**"'j-"t1" c:"':"º«**

.) **,\_t** !

CN".) *:*

por

do concedente e desde que o fato gerador da despesa tenha ocorrido durante a vigência do instrumento pactuado;

1. com taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos, exceto, no que se refere às multas, se decorrentes de atraso na transferência de recursos pelo concedente, e desde que os prazos para pagamento e os percentuais sejam os mesmos aplicados no mercado;
2. realizar despesas com publicidade, salvo as de caràter educativo, informativo ou de orientação socia,l da qual não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal *e* desde que previstas no PLANO DE TRABALHO;

**SUBCLÁUSULA PRIMEIRA** - Fica vedada a transferência voluntária de recursos da União aos Estados e Municípios, nos três meses que antecedem o pleito eleitoral, sob pena de nulidade de pleno direito, ressalvados os recursos destinados a cumprir obrigação formal preexistente para execução de obra ou serviço em andamento e com cronograma prefixado e os destinados a atender situações de emergência e de calamidade pública, conforme estabelecido na alínea·a• do pelo inciso VI, do art. 73, da Lei nº 9.504/1997. Os recursos somente poderão ser liberados após o término do pleito eleitoral.

**SUBCLÁUSULA SEGUNDA** - Constituem motivos para rescisão do convênio:

**1** - o inadi mplementode qualquer das cláusulas pactuadas;

li - constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção de informação em qualquer documento apresentado; e

Ili - a verificação que qualquer circunstância que enseje a instauração de tomada de

contas especial.

Parágrafo único. A rescisão do convênio, quando resulte dano ao erário, enseja a

instauração de tomada de contas especial.

**CLÁUSULA OITAVA**

**DA PRESTACAO DE CONTAS**

O **CONVENENTE** deverá prestar contas ao **CONCEDENTE** da boa e regular aplicação dos recursos a ele repassados no prazo, máximo, de 60 (sessenta) dias, contados do término da vigência do CONVÊNIO ou da conclusão da execução do OBJETO, o que ocorrer primeiro, registrando as informações no SICONV. A prestação de contas deverá individualizar os recursos repassados pelo **CONCEDENTE** e os relativos à contrapartida.

**SUBCLÁUSULA PRIMEIRA** - Quando a prestação de contas não for encaminhada no prazo estabelecido, o **CONCEDENTE** estabelecerá o **prazo máximo de 30**

**{trinta) dias** para sua apresentação, ou recolhimento dos recursos, incluídos os

obtidos nas aplicações financeiras, observando-se a proporcionalidade dos recursos transferidos e os da contrapartida, atualizados monetariamente e acrescido de juros de mora, na forma da lei.

**SUBCLÁUSULA SEGUNDA** - Se, ao término do prazo estabelecido, o **CONVENENTE** não apresentar a prestação de contas nem devolver os recursos, o **CONCEDENTE** registrará a inadimplência no SICONV por omissão do dever de

*;p*

prestar contas *e* comunicará o fato ao órgão de contabilidade analitia queest vi

e ­

v inculado, para fins de instauração de Tomada de Contas Especial sob aquele

*-p*

*t / ,:l'º-:*

**o**. **L'**, , • *I*"

CNF'.J .'

\"\,, **pPf**

argumento e adoção de outras medidas para reparação do dano ao erário, sob pena de responsabilização solidária.

**Parágrafo** Único: O registro da inadimplênciano SICONV só será efetivado 45 (quarenta e cinco) dias apôs a notificação prévia, nos termos do § 11 do Art. 72 da PI 507/2011.

**SUBCLÁUSULA TERCEIRA** - Os saldos financeiros remanescente,sinclusive os provenientes dos rendimentos obtidos nas aplicações financeiras, não utilizados no OBJETO pactuado, deverão ser devolvidos ao **CONCEDENTE,** observando-se a proporcionalidade dos recursos transferidos e os da contrapartida, existentes na data da extinção do CONVÊNIO, ou por ocasião de eventual denúncia ou rescisão, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de Tornada de Contas Especial.

**SUBCLÁUSULA QUARTA** - O **CONVENENTE** deverá restituir o valor transferido, atualizado monetariamente, acrescido de juros legais, na forma da legislação aplicável aos débitos com a Fazenda Nacional, desde a data do seu recebimento. nos seguintes casos:

1. quando não for executado o OBJETO da avença;
2. quando não forem apresentadas, no prazo exigido, as prestaçõe.s de contas parciais ou final;
3. quando os recursos forem utilizadosem finalidadediversa da estabelecida no CONVÊNIO; ou
4. quando constatada irregularidade que resulte prejuízo ao erário no montante deste.

**SUBCLÁ USULA QUINTA** - A prestação de contas será composta, além dos documentos e informações apresentados pelo **CON VENENTE** no SICONV, dos seguintesdocumentos:

1- relatório de cumprimento do OBJETO;

li - notas e comprovantes fiscais, quanto aos seguintes aspectos: data do documento, compatibilidade entre o emissor e os pagamentos registrados no SICONV, valor, aposição de dados do **CONVENENTE,** programa e número do CONVÊNIO;

Ili - re lató rio de prestação de contas aprovado e registrado no SICONV pelo

**CONVENENTE;**

IV - declaração de realização dos objetivos a que se propunha o instrumento; V - relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso; VI - a relaçãode treinados ou capacitados, quando for o caso;

1. - a relação dos serviços prestados, quando for o caso;
2. - comprovante de recolhimentodo saldo de recursos, quando houver; e
3. - termo de compromisso por meio do qual o **CONVENENTE** será obrigado a manter os documentos relacionados ao CONVÊNIO, nos termos do§ 3° do art. 3° da PI 507/2011.

**SUBCLÁUSULA SEXTA** - As despesas serão comprovadas mediante documentos originais fiscais ou equivalentes, devendo as faturas, recibos, notas fiscais e quaisquer outros documentos comprobatórios ser emitidos em nome do CONVENENTE, e devidamente identificados com o número deste CONVÊNIOf mantidos em arquivo, em boa ordem, no próprio local em que tiverem sido

*f* ,,

ooatabm,ados

, i l pJ *YG/*

PRf .

**SUBCLÁUSULA SÉTIMA** - O **CONCEDENTE** deverá registrar no SICONV o recebimento da prestação de contas.

**SUBCLÁUSULA OITAVA** - A autoridade competente do **CONCEDENTE** terá o prazo de 90 (noventa dias), contado da data do recebimento, para analisar a prestação de contas, com fundamento nos pareceres técnico e financeiro expedidos pelas áreas competentes.

**SUBCLÁUSULA NONA** - O ato de aprovação da prestação de contas deverá ser registrado no SICONV, prestando, o **CONCEDENTE,** declaração expressade que os recursos transferidos tiveram boa e regular aplicação.

**SUBCLÁUSULA DÉCIMA** - Caso a prestação de contas não seja aprovada, exauridas todas as providências cabíveis para regularização da pendência ou reparação do dano, o fato deverá ser registrado no SICONV e adotadas as providências necessárias à instauração da Tomada de Contas Especial, com posterior encaminhamento do processo à unidade setorial de contabilidade a que estiver jurisdicionado para os devidos registros de sua competência.

**SUBCLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA** - **A** quitação do presente CONVÊNIO somente dar-se-á quando da aprovação, por parte do **CONCEDENTE,** da prestação de contas final (técnica e financeira).

**SUBC LÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA** - A aprovação da prestação de contas dos projetos contratados no âmbito deste CONVÊNIO será de responsabilidade exclusiva do **CONVENENTE.**

**CLÁUSULA NONA DO PESSOAL**

O pessoal envolvido na execução deste CONVÊNIO guardará seu vínculo e subordinação com a instituição a cujo quadro pertencer, não tendo e nem vindo a assumir vínculo de qualquer natureza com o **CONCEDENTE** e deste não podendo demandar quaisquer pagamentos ou remuneração, sendo estes de inteira responsabilidade do **CONVENENTE,** que o tiver contratado ou empregado na execução dos trabalhos.

**SUBCLÁUSULA ÚNICA** - Todo o pessoal que o **CONVENENTE** utilizar na execução dos trabalhos, mesmo que remunerado com recursos oriundos do **CONCEDENTE ,** ser-lhe-ão diretamente vinculados, não se estabelecendo vinculo de qualquer natureza com o **CONCEDENTE.** Se eventualmente o **CONCEDENTE** vier a ser demandado pelo pessoal utilizado nos trabalhos, o **CONVENENTE** o indenizará das despesas que em decorrência realizar, atualizadasmonetariamente.

**CLÁUSULA DÉCIMA**

**DOS BENS E MATERIAIS PERMANENTES**

Serão de propriedade do **CONCEDENTE** os bens patrimoniais (equipamentos e materiais permanentes) adquiridos pelos pesquisadores beneficiários, no ãmbi;tr do projeto contratado no edital OBJETO deste CONVÊNIO, por intermédio de auxílio

*#7*

# *ff.} r57L• o<"*

,..

' V **4** -

'\ CNP-l *:*

('.,"' **e- (**

financeiro concedido pelo **CONVENENTE** com os recursos financeiros a este repassados pelo **CONCEDENTE** na rubrica de capital.

**SUBCLÁUSULA PRIMEIRA** Os bens patrimoniais serão adquiridos em nome dos pesquisadores beneficiários dos auxílios financeiros concedidos, e devidamente identificados com o número deste CONVÊNIO, com exceção dos veículos, barcos motorizados, aviões, motos, reboques etc, que deverão ser adquiridos em nome do **CONCEDENTE** e identificados como "Veículo oficial de propriedade da União".

**SUBCLÁUSULA SEGUNDA** - Os bens adquiridos com recursos do **CONCEDENTE** serão cedidos à INSTITUIÇÃO SEDE mediante a firmatura de Termo de Comodato entre o **CONCENDENTE ,** o pesquisador responsável e sua respectiva instituição de vínculo.

**SUBCLÁUSULA TERCEIRA** - A cada seis meses de execução do CONVÊNIO, deverá ser remetida ao **CONCEDENTE** a Relação de Bens Patrimoniais adquiridos pelos pesquisadores beneficiários dos auxílios financeiros concedidos pelo **CONVENENTE** com recursos do **CONCEDENTE,** acompanhada das cópias das notas fiscais de aquisição dos bens.

**SUBCLÁUSULA QUARTA** - Todos os bens deverão ser utilizados pelos pesquisadores beneficiários dos auxílios financeiros concedidos, nas INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES do projeto contratado.

**SUBCLÁUSULA QUINTA** - Os bens adquiridos ou produzidos com recursos do CONVÊNIO deverão ser CONSIGNADOS às Instituições Participantes de acordo com o Plano de Trabalho e anuência do coordenador do projeto.

**SUBCLAÚSULA SEXTA** - Durante o período de vigência do CONVÊNIO, a propriedade e o uso dos bens adquiridos ou produzidos não poderá ser transferida, a qualquer titulo, salvo quando expressamente autorizados pelo **CONCEDENTE.**

**SUBCLÁUSULA SÉTIMA** - Findo o CONVÊNIO, e desde que observado o fiel cumprimento do OBJETO pactuado, o **CONCEDENTE** poderá efetuar a doação de todos os bens patrimoniais remanescentes às INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES, mediante processo formal, de acordo com a legislação pertinente, obedecidas as normas estabelecidas na alínea "a", inciso li do art. 17 da Lei nº 8.666/93.Devendo, em qualquer caso, para que a doação ocorra, serem observadas as seguintes condições:

1 - a prestação de contas da instituição participante deve ter sido integralmente aprovada pela **CONVENENTE,** e ratificada, em caráter conclusivo, pelo

**CONCEDENTE;**

li - uma Comissão de Avaliação designada pelo CNPq deve manifestar-se, conclusivamente, pela pertinência de doação de tais bens;

Ili - a doação deve ser feita como encargo, e não em caráter irrevogável, de que os bens doados devem ter por destinação as atividades estatutárias de pesquisa da donatária, e caso não sejam para tal fim utilizados, devem retoma à propriedade do

CNPq.

4

**SUBCLÁUSULA OITAVA** - **A** transferência de propriedade ou de uso de bens importados, adquiridos com isenção tributária, só poderá ser efetivada mediante aprovação da autoridade fiscal, nos termos do Decreto nº 6.759, de 05/0 009.

*.t i'p*

cr-:çJ

**t-. PPf**

**SUBCLÁUSULA NONA** - Cabe à **CONVENENTE** incluir no Termo de Aceitação, ou documento congênere, as seguintes obrigações que ficarão a cargo do pesquisador beneficiário do auxílio financeiro concedido:

1. arcar com todas as despesas referentes ao transporte dos bens;
2. informar à **CON VENENTE** qualquer dano que os bens vierem a sofrer;
3. devolver à **CONVENENTE** os bens em seu poder em razão da sua não utilização ou de conclusão do PLANO DE TRABALHO, ou ainda, neste último caso, solicitar à **CONVENENTE** sua doação;
4. na hipótese de furto, roubo ou dano dos bens adquiridos, deverá enviar cópia

da ocorrência policial e as providências tomadas para que se proceda à completa investigação do fato, fornecendo os resultados desta à **CONVENENTE;** e

1. somente movimentar os bens para fora da área inicialmente destinada à sua

instalação ou utilização, mediante expressa autorização da **CONVENENTE .**

**SUB CLÁUSULA DÉCIMA** - Na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas na subcláusula anterior a **CONVENENTE** deverá comunicar, de imediato, o fato ao **CO NCE DENTE.** Sendo que na hipótese prevista na alínea· e· da subcláusula anterior a autorização da **CONVENENTE** fica condicionada à anuência de conhecimento do **CONCEDENTE,** bem como ao prévio procedimento de controle

patrimonial.

**CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA**

**DA PROPRIEDADE INTELECTUAL E DA CRIAÇÃO PROTEGIDA**

No caso das atividades realizadas originarem resultados materiais representados por inovações tecnológicas, invenções. aperfeiçoamentose novos conhec imentos aplicáveis às atividades econômicas produtivas e propiciarem

incrementos de seu desempenho, aumento da produtividade dos fatoresenvovl i dos,

otimização do uso de recursos e insumos, ou, ainda, criações intelectuais passíveis

**0**

de pr ot eç ão , as partes obedecerão às determinações da Lei de Inovaçã, o **N.**

1 .0 97 ,3 de 02 de dezembro de 2004, regulamentada pelo Decreto **N.0** 5.563, de 11

de outubro de 2005, observando-se as normas de cada PARTÍCIPEe as demais disposições legais vigentes.

SUBCLÁUSULA ÚNICA - Os resultados econom1cos auferidos na exploração comercial da criação protegida, inclusive na hipótese de transferência do direito de exploração at erceiros , serão partilhados entre as partes, incluindo-sea instituição executora dopr oj et o , na proporção equivalente ao montante do valoragr eg ado,

cujos percentuais serão definidos em contratos a serem celebra dos.

**CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA DAS PUBLICAÇÕES INTELECTUAIS**

Em qualquer ação promocional ou publicação de trabalhos relacionados com o OBJETO do presente CONVÊNIO, deverá ser feita, necessariamente, menção

expressa ao apoio financeiro do **CONCEDENTE.**

**SU BC LÁUSULA PR IMEI RA** - Fica vedado ao **CONVENENTE** ut ili z,ar empreendimentos resultantes deste termo, nomes, símbolos ou im ag ens caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.



nos

*;fl*

**SU BCLÁUSULA SEGUNDA** - Quando se tratar de publicação distribuída gratuitamente, nela será feita referência aos **PARTÍCIPES ,** bem como ao número do CONVÊNIO registradono SICONV.

**SUBCLÁUSULA TERCEIRA** - As ações publicitárias atinentes a projetos e obras financiadas com recursos da União deverão observar, rigorosament,eas disposições contidas no § 1° do art. 37 da Constituição Federal e aquelas consignadas nas Instruções da Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica da Presidência da República - atualmente a IN/SECOM-PRnº 02, de 16 de dezembro de 2009.

**SUB C LÁUSULA QUARTA** - Resultados, opiniões, conclusões ou recomendações oriundas da atividade desenvolvida serão de exclusiva responsabilidade dos pesquisadores contratados no âmbito deste CONVÊNIO e não poderão representar os pontos de vista do **CONCEDENTE** e do **CONVENENTE.**

**CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA**

**DA COLETA E AMOSTRAS DE MATERIAIS**

A coleta de amostras de qualquer natureza (solo, material genético, biológico,

animal ou vegeta)l quando necessários, serão efetuados mediante a observância

estrita da legislação regulamentadora da matéria, cabendo ao **CONVENENTE** exigir e aos coordenadores de projetos aprovados obterem as permissões e autorizações especiais, de caráter ético ou legal, necessárias para todas as operações referentes

às amostras.

**CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA**

**DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO**

O presente CONVÊNIO vigerá pelo prazo de **60 (sessenta) meses,** a contar da data de sua assinatura, em conformidade com o prazo previsto para a consecução do OBJETO expres.so no PLANO DE TRABALHO, podendo ser prorrogado, mediante celebraçãode Termo Aditivo.

**SUB CLÁU SULA PRIMEIRA** - O TERMO ADITIVO deve ser solicitado pelo

**C ONVENEN TE,** exclusivamentevia Sistema SICONV, com antecedência mínima de

90 (noventa) dias corridos, anteriores ao término de sua vigência, desde que fundamentada em razões concretas que justifiquem a prorrogação pleiteada, sendo necessário, ainda, ser aceito pelo **CONCE DENTE.**

**SUBCLÁUSULA SEGUNDA** - O **CONCEDENTE** obriga-se a prorrogar *"de ofício"* a vigência do CONVÊNIO, antes do seu término, quando der causa a atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período do atraso venficado.

**CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA DAS ALTERAÇÕES**

As condições estabelecidas no presente instrumento poderão ser alteradas, mediante a firmatura de TERMOS ADITIVOS, com as devidas justificativas, d acordo com proposta a ser apresentada pelo **CO NVE NEN TE,** no prazo mínimo de

*~~$~~*

·. .*·o.*-*,*

*#*· *OE.1;11,-C'.*

.-, **r**

### c•.rj ·

"- PP( ,

60 (sessenta) dias antes da data que se pretenda implementar as alterações, dentro da vigência do instrumento e desde que aceitas pelo **CONCEDENTE.**

**SUBCLÁUSULA PRIMEIRA** - Fica vedado o aditamento do presente CONVÊNIO com o intuito de alterar o seu OBJETO, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente que o praticou.

**SUBCLÁUSULA SEGUNDA** - As alterações deste instrumento e do PLANO DE TRABALHO sujeitam-se ao registro, pelo **CONCEDENTE,** no SICONV.

**CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA DA DENUNCIA E DA RESCISAO**

Este CONVÊNIO poderá, a qualquer tempo, ser denunciado pelas partes, devendo o interessado externar formalmente a sua intenção nesse sentido, com a antecedência mínima de 60 (sessenta) dias da data em que se pretenda sejam encerradas as atividades, respeitadas as obrigações assumidas com terceiros e saldados os compromissos financeiros entre os **PARTÍCIPES,** creditando, igualmente, os benefícios adquiridos no período.

**SUBCLÁUSULA ÚNICA** - A rescisão decorrerá do descumprimento de qualquer de suas cláusulas ou condições, onerando os seus efeitos de pleno direito, independentemente de notificações ou interpelações, judiciais ou extrajudiciais e, quando houver dano ao erário, ensejará a instauração da competente Tomada de Contas Especial.

**CLÁUSULA DÉCIMA-SÉTIMA**

**DA FISCALIZAÇÃO E DO ACOMPANHAMENTO**

A execução será acompanhada e fiscalizada de forma a garantir a regularidade dos atos praticados e a plena execução do OBJETO, respondendo o **CONVENENTE** pelos danos causados a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do CONVÊNIO.

**SUBCLÁUSULA PRIMEIRA** - O **CONCEDENTE** exercerá , de acordo com sua conveniência, mediante visitas técnicas e solicitações de relatórios, a fiscalização técnico-financeira das atividades do presente CONVÊNIO, dentro do prazo regulamentar de execução e de prestação de contas, ficando assegurado a seus agentes qualificados o poder discricionário de reorientar ações e de acatar, ou não, justificativas com relação ás disfunçõesporventura havidas na execução.

**SUBCLÁUSULA SEGUNDA** - **A** execução física do OBJETO será acompanhada por técnicos do **CONCEDENTE** e, se necessário, também por especialistas *ad* hoc, a convite do **CONCEDENTE.**

**SUBCLÁUSULA TERCEIRA** - O **CONVENENTE** também deverá apresentar ao **CO NCEDENTE ,** além dos relatórios técnicos e financeiros, a apreciação da execução acerca de cada projeto contratado no âmbito desse CONVÊNIO.

**SU CLÁUSULA QUARTA -** No acompanhamento e fiscalização d. o OBJETO serão *Í/*

*p*

venfícados: e*EN 0*

# *{ C*

*o* p.)

(\ **pQf** ,

1 - a comprovação da boa e regular aplicação dos recursos, na forma da legislação aplicável;



li - a compatibilidade entre a execução do OBJETO, o que foi estabelecido no

PLANO DE TRABALHO e os desembolsos e pagamentos, conforme os cronogramas apresentados;

Ili - a regularidade das informações registradas pelo **CONVENENTE** no

SICONV; e

IV - o cumprimento das metas do PLANO DE TRABALHO nas condições estabelecidas.

**SUBCLÁUSULA QUINTA** - Aquele que, por ação ou omissão, causar embaraço, constrangimento ou obstáculo á atuação dos servidores do **CONCEDENTE** e dos órgãos de controle interno e externo do Poder Público Federal, no desempenho de suas funções institucionais relativas ao acompanhamento e fiscalização dos recursos federais transferidos, ficará sujeito á responsabilização administrativa, civil

e penal.

**SUBCLÁUSULA SEXTA - O CONVENENTE** acompanhará a execução de todas as propostas por meio do instrumento apropriado. O **CONVENENTE,** quando organizar Seminário de Avaliação Final dos projetos apoiados, dará ciência ao **CONCENDENTE** com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

**SUBCLÁUSULA SÉTIMA** - O **CONCEDENTE,** no exercício das atividades de fiscalização e acompanhamento da execução do OBJETO, poderá valer-se do apoio técnico de terceiros, delegar competência ou firmar parcerias com outros órgãos ou entidades que se situem próximos ao local de aplicação dos recursos, com tal finalidade, e reorientar ações e decidir quanto à aceitação de justificativas sobre impropriedades identificadas na execução do instrumento.

**SUBCLÁUSULA OITAVA - O CONCEDENTE** comunicará ao **CONVENENTE** e ao

**INTERVENIENTE,** quando houver, quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos ou outras pendências de ordem técnica ou legal, e suspenderá a liberação dos recursos, fixando prazo *de* até 30 (trinta) dias para saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos, podendo ser prorrogado por igual

período.

**SUB CLÁUSULA NONA** - Recebidos os esclarecimentos e informações solicitados, o **CONCEDENTE** disporá do prazo de 10 (dez) dias para apreciá-los e decidir quanto à aceitação das justificativas apresentadas, sendo que a apreciação fora do prazo previsto não implica aceitação das justificativas apresentadas. Caso não haja

a regularização no prazo previsto, o **CONCEDENTE:**

1 - realizará a apuração do dano; e

li - comunicará o fato ao **CONVENENTE** para que seja ressarcido o valor

referente ao dano.

**SUB CL Á U SULA DÉ CI MA** - O não atendimento das medidas saneadoras, previstas na subcláusula anterior, ensej rá a instaur.ação de Tomada de Contas Especial.

*V*

**CLAUSULA DECIMA-OITAVA t**

**DAS PRERROGATIVAS DO CONCEDENTE**

O **CONVENENTE** reconhece que ao **CONCEDENTE** compete exercer a autoridade normativa sobre as atividades decorrentes do presente CONVÊNIO, assegurando-lhe a prerrogativa de controlar e fiscalizar a sua execução, podendo assumi-la diretamente ou transferir a responsabilidade pela execução do OBJETO para outra entidade, na hipótese de rescisão, paralisação, exercício irregular das obrigações pactuadas ou da ocorrência de fato relevante, de modo a evitar a descontinuidade das atividades.

**SUBCLÁUSULA ÚNICA** - O livre acesso dos servidores dos órgãos ou entidades públicas concedentes e os do controle interno do Poder Executivo Federal, bem como dos Tribunais de Contas aos processos, documentos, informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados pela Portaria lnterministerial nº 507/2011, bem como aos locais de execução do objeto.

**CLÁUSULA DECIMA-NONA DA REGULARIDADE FISCAL**

O **CONVENENTE** declara, neste ato, estar em situação regular junto à Fazenda Federal, Estadual e Municipal e às suas obrigações trabalhistas e encargos sociais, assumindo, nesta oportunidade, o compromisso de manter essa situação durante toda a execução do CONVÊNIO.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA DA PUBLICAÇÃO**

A publicação do extrato do presente CONVÊNIO no Diário Oficial da União (DOU), é condição indispensável para sua eficàcia, devendo ser providenciada pelo **CONCEDENTE** no prazo de até 20 (vinte) dias a contar de sua assinatura.

**SUBCLÁUSULA PRIMEIRA** - Somente deverão ser publicados no Diário Oficial da União (DOU) os extratos dos aditivos que alterem o valor ou ampliem a execução do OBJETO, vedada a alteração da sua natureza, quando houver, respeitado o prazo estabelecido no caput.

**SUBCLÁUSULA SEGUNDA** - Aos atos de celebração, alteração, liberação de recursos, acompanhamento da execução e a prestação de contas do CONVÊNIO será dada publicidade no Portal dos Convênios (SICONV).

**SUBCLÁUSULA TERCEIRA** - O **CONCEDENTE** notificará, facultada a comunicação por meio eletrônico, no prazo de até 10 (dez) dias a celebração do instrumento à Assembléia Legislativa ou à Câmara Legislativa ou à Câmara Municipal do **CONVENENTE,** conforme o caso.

**SUBCLÁUSULA QUARTA** - No caso de liberação de recursos, o prazo **a** que se refere a subcláusula terceira desta cláusula será de 2 (dois) dias úteis.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA-PRIMEIRA DO FORO**

*r*

As partes elegem o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distnto Federal nos termos do inciso 1, do art . 109 , da Constituição Federal , enúncia a

. -.***y***-***·* E***"*-*"*•*"***;***'***\_***'•*,*'***,***."º* f -

\ ÇNF:l '

"-... **pc:,f** .

qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as dúvidas e questões oriundas do presente termo que não possam ser resolvidas administrativamente.

E como prova de assim haverem livremente pactuado, firmam as PARTES o presente instrumento em 3 (três) vias, de igual teor e forma, para que produza entre si os efeitos legais, na presença de 2 (duas) testemunhas que, igualmente, subscrevem.

Brasília, *01* de � de 2015.

Pelo

## CONCEDENTE

Chaimovi h Guralnik Presidente

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNP

Pelo

## CONVENENTE

Fundação de Ap

osé icardo de Santana Presidente

à Pesquisa e a Inovação Tecnológica do Estado de Ser í e - FAPITEC/SE

Pelo **INTERVENIEN TE**

Secretaria de Estado

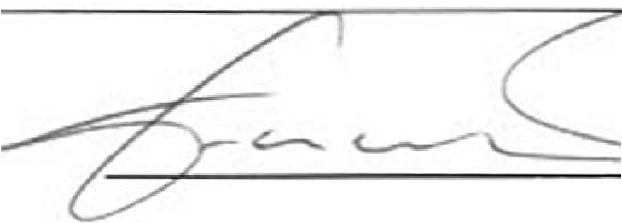
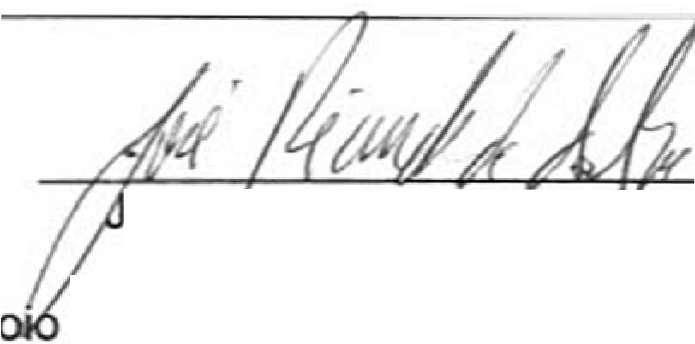
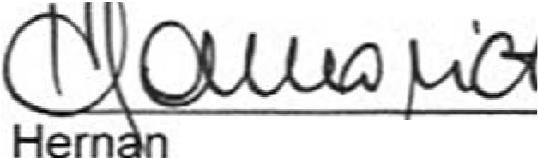
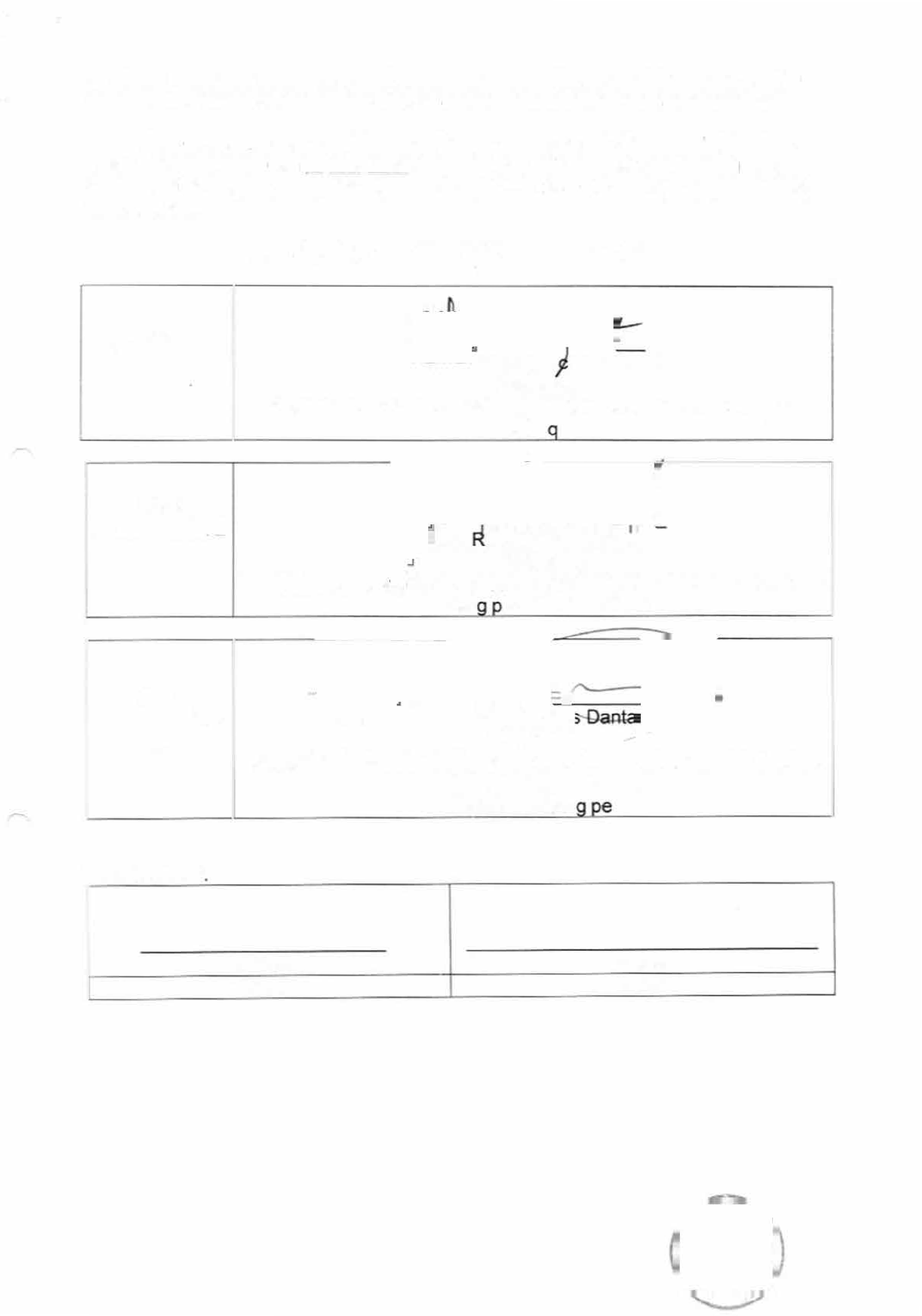
Francisco de Assi

Secretàrio do Desenvolvimento

..,,

Econômico e da Ciência e

Tecnologia - SEDETEC Estado de Ser i



Testemunhas·

Nome Nome

CPF CPF